

**79º REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CT-Bio**

Aos dias 27 e 28 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dez minutos, no Hotel San Diego, localizado na Av. Álvares Cabral, 1181 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, 30170-001, teve início a **79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade - CT-Bio**, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIB, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400.

**1. Informes Gerais:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Aprovação das atas da 1ª e 2ª Reunião Extraordinária:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Andreia Aparecida Dias (Fundação Renova), Andressa Gatti (Fundação Renova), Antonio de Padua Leite Serra de Almeida (ICMBio), Cecilia Barreto (IBAMA), Damiani Paolo Gomes Rocha (ASPERQD), Eliza Da Costa Mendes (Fundação Renova), Fernando P. M. Repinaldo Filho (ICMBio), João Carlos Alciati Thome (ICMBio), Joeci Miranda (Comissão de atingidos de Aracruz), José Carlos de Carvalho (Consultor da Fundação Renova), Juliana Oliveira Lima (Fundação Renova), Karina Nunes dos Santos (ICMBio), Laila Carine Campos Medeiros (Fundação Renova), Leandro Fernandes Antonio Santos (Fundação Renova), Letícia De Moraes (Fundação Renova), Luísa Lacerda Cançado Schneider (SEPLAG), Marcos Antonio Martins (Comissão de atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Maria Regina Goncalves de Souza Soranna (ICMBio), Marina Ocacina da Mata Sacramento (SEPLAG), Matheus Guimaraes Cardoso Nogueira (Fundação Renova), Mônica Maria Vaz (ICMBio), Nilcemar Oliveira Bejar (IEF), Paula Durão (Pref. De Linhares) e Rosangela Casotti (Fundação Renova).</p> <p>O Sr. Frederico lamentou a ausência da Fundação Renova e considerou que essa postura representa um descaso com a Câmara Técnica. Relatou que embora haja a possibilidade da reunião <i>online</i> para facilitar a participação, se esperava bem mais do empenho da Fundação Renova em se fazer presente, já que ela, em tese, é a executora do processo.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, comentou que a equipe técnica da Fundação Renova está espalhada por MG e ES e que, com a intenção de otimizar recurso e tempo de todos os técnicos, somente alguns representantes participam presencialmente das reuniões. Explicou que ela iria à reunião, mas que devido à outro compromisso, participaria somente da turno tarde e afirmou que não houve descaso da equipe.</p> <p>O Sr. Frederico considerou que as justificativas não são válidas, visto que seria fácil para a Fundação Renova enviar outro representante da Governança e que a reunião foi marcada com antecedência, possibilitando a participação de mais representantes da equipe técnica. Sugeriu que a CT-Bio faça um ofício com reclamação de ausência da Fundação Renova, de forma que eles priorizem a participação presencial nas próximas reuniões.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que a equipe técnica não é tão grande e que essa impressão é equivocada, visto que grande parte da equipe é terceirizada com contratos que possuem restrições de viagens e explicou que a Fundação Renova está passando por uma reestruturação orçamentária, onde é necessário priorizar alguns deslocamentos. Explicou que como as reuniões ordinárias já tem um rito estabelecido com uma pauta compartilhada, é possível participar de uma forma mais fluída em um ambiente <i>online</i>. O Sr. Frederico informou que a Câmara Técnica sente falta da Fundação Renova na reunião e considerou que isso nunca foi conversado antes, pois essa ausência nunca tinha acontecido e reforçou que o momento mais importante para a Câmara Técnica é a reunião ordinária.</p>

	<p>A Sra. Eliza Mendes, representante da Fundação Renova, informou que as considerações da CT-Bio serão distribuídas internamente na Fundação Renova e explicou que ao testar positivo pra COVID, levou a informação para a gerência que solicitou a sua participação em formato virtual, visto que ela vem acompanhando os temas há algum tempo.</p> <p>O Sr. Junio Gomes, representante do IBAMA, considerou que esse posicionamento da Fundação Renova pode ter ligação com a repactuação do TTAC. A Sra. Juliana Lima considerou que a Câmara Técnica estava exagerando e que a situação não tem nenhuma ligação com a repactuação, visto que a Fundação Renova nunca se ausentou anteriormente. O Sr. Frederico reforçou a necessidade de um ofício da CT-Bio com relato com acontecido. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, corroborou com a manifestação da coordenação e solicitou que a CT-Bio volte a ter momentos de reunião interna. A Sra. Laila Medeiros então solicitou a presença física dos membros da CT e reforçou a importância disto durante as reuniões, para que os assuntos sejam debatidos e alinhados.</p> <p>Posteriormente, a coordenação colocou as atas das 1ª e 2ª Reunião Extraordinária em votação. O Sr. Frederico explicou que a ata da última reunião ordinária não foi colocada em aprovação, pois o IBAMA está fazendo uma revisão de ata, a fim de dar de acordo e assim aprová-la para publicação.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.1:</b></p>	<p><b>A CT-Bio elaborará ofício com reclamação sobre a ausência dos técnicos da Fundação Renova na RO.</b></p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>As atas das 1ª e 2ª Reunião Extraordinária da CT-Bio foram aprovadas com abstenção do representante do IBAMA, Sr. Gustavo Almada, que não participou das reuniões e será publicada no site do CIF/IBAMA.</b></p>
<p><b>b. Informe sobre as discussões realizadas com a CT-EI a respeito do Painel de Especialistas:</b></p>	<p>O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, informou que chegou um convite da Fundação Renova para um <i>workshop</i> do Painel de Especialistas. A Sra. Juliana Valory, representante da SEAMA, informou que o governo do estado do ES indicou alguns representantes para participação nesse evento.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, explicou que esse projeto é coordenado pela equipe da pesca e não pela equipe da biodiversidade que acompanha a CT-Bio e explicou que esse projeto é conduzido dentro da CT-EI. Posteriormente, foram apresentados os nomes que poderão participar do evento, visto a limitação de vagas por Câmara Técnica.</p> <p>A Sra. Juliana Valory informou que houve uma reunião de discussão sobre a pesca e que tem se pensado na retomada dos trabalhos do GT-Pesca e reforçou que posteriormente, será necessário que a CT-Bio indique representantes para comporem esse grupo, visto a interface da Câmara com o tema.</p>
<p><b>c. Informe sobre os pontos da CT-Bio na 74ª RO do CIF:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, informou que as foram pautadas a Nota Técnica nº 2/2024/REBIO Comboios/ICMBio de Análise do "Plano de Ação - Reserva Biológica de Comboios - Estratégias de reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão", a Nota Técnica nº 3/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio de Análise Plano de Trabalho de metilmercúrio em Minas Gerais – Deliberação CIF nº 727/2023 e a Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio de Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira, e informou que a NT do PMBA foi retirada de pauta visto que ela tinha sido enviada ao CIF sem discussão com a Fundação Renova e as demais foram aprovadas, sem objeções.</p> <p>O Sr. Antônio de Pádua, representante do ICMBio, informou que a apresentação foi muito rápida e esclareceu que já havia um consenso com a Fundação Renova e a NT aprovada. O Sr. Frederico informou que houve um esforço da CT-Bio em ter um consenso para envio ao CIF após considerações da Fundação Renova.</p>

	<p>O Sr. Roberto Diniz, representante do IEF, informou que a NT apresentada já tinha sido apresentada para a Fundação Renova e que nela havia a aprovação com ressalvas do Plano de Trabalho. Informou que a Fundação Renova explicou que como o plano de trabalho começaria no segunda quinzena de janeiro, como era o cronograma inicial, a Fundação Renova pediu uma extensão de prazo, mas que para este caso, a extensão do prazo comprometeria as ações referentes ao período da seca, visto que o plano começaria a partir de outubro. Informou que foi colocada na deliberação a exigência de que o processo seja feito até setembro e que, caso não seja possível por questões contratuais, a Renova deverá demonstrar isso através da documentação.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, explicou que o processo de contratação não é simples e que possui muitas etapas que são difíceis de serem reduzidas e que o processo ainda envolve a obtenção de autorização de coleta para realizar as atividades de campo. Informou que a partir de abril, se iniciaria o período seco que vai até setembro e que então esse seria o prazo para poder fazer todos esses trâmites de contratação e mobilização da equipe. Garantiu que a Fundação Renova se esforçará para realizar a mobilização o mais rápido possível.</p>
--	--

**2. Cláusula 182:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. OFÍCIO Nº 419/2023/CIF/GABIN - Cronograma de implantação e consolidação do Parque Estadual do Rio Doce/MG:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que chegou um ofício da SECEX com o pedido de manifestação da CT-Bio sobre o Cronograma de implantação e consolidação do Parque Estadual do Rio Doce - PERD.</p> <p>A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, explicou que o pedido de informação era com relação aos R\$ 30 milhões, referentes à consolidação do PERD e que tinham ficado pendentes de comprovação do IEF para fins de liberação desse recurso. Explicou que essa questão já estava pacificada e informada ao CIF, que já tinha colocado a resposta no âmbito judicial e detalhou as etapas de estruturação do PERD. Houve parabenização dos trabalhos realizados pelo IEF.</p> <p>O Sr. Frederico Martins sugeriu uma visita técnica da CT-Bio ao PERD. Nesse sentido, o Sr. Junio Gomes, representante do IBAMA, solicitou apresentação dos projetos de pesquisa de biodiversidade que estão sendo desenvolvidos no PERD.</p>
<p><b>b. Solicitação de manifestação de ciência da CT-Bio/CIF sobre a conclusão dos repasses de recursos e evidências de atendimento integral da Deliberação CIF nº 472:</b></p>	<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, questionou se a CT-Bio havia enviado alguma manifestação quando ao ofício FR.2023.3264 de 28/12/23. O Sr. Frederico Martins informou que não há manifestações referentes ao tema mas que o ofício enviado em resposta ao pedido da SECEX, atenderá a necessidade da Fundação Renova.</p> <p>A Sra. Laila explicou que o ofício apresentado anteriormente não é suficiente. Nesse sentido, a CT-Bio enviará nova manifestação. A Sra. Nilcemar informou que IEF acusa ciência da conclusão dos repasses de recursos e evidências de atendimento integral da Deliberação CIF nº 472 restando a necessidade do juiz da vara repassar o recurso ao estado de Minas Gerais. Houve definição de encaminhamento.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.2:</b></p>	<p><b>A Fundação Renova reenviará a CT-Bio o Ofício FR.2023.3264 de 28/12/23.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.3:</b></p>	<p><b>A CT-Bio elaborará ofício sobre a ciência da CT-Bio referente à conclusão dos repasses de recursos e evidências de atendimento integral da Deliberação CIF nº 472 (antecipação do desembolso da 4ª parcela para consolidação do PERD).</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.4:</b></p>	<p><b>A CT-Bio organizará a apresentação de estudos de pesquisas realizadas no PERD.</b></p>

**3. Cláusula 165:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Apresentação da Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que essa NT foi aprovada pela CT-Bio na Reunião Extraordinária de janeiro e agradeceu o grande esforço técnico que possibilitou a emissão da nota. Explicou também que, como é de costume, a NT avalia o relatório que indica os principais impactos, faz todo um levantamento e dá alguns apontamentos necessários. Adicionalmente, indica uma notificação.</p> <p>O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, considerou que essa NT envolve um esforço muito grande, com apoio de cerca de 30 técnicos de vários órgãos ambientais, e relatou que já foi entendido que nunca será possível fechar uma NT com todas as considerações. Explicou que após análise e conclusões, percebeu-se a ausência de algumas dados/resultados, gerando a necessidade de uma notificação, o que causou o pedido de retirada de pauta do CIF, por parte da Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, informou que a questão da notificação foi discutida desde a entrega do relatório, visto que algumas questões que deveriam ser tratadas no relatório não foram tratadas. Como exemplo, citou a integração de todos os dados, que para a CT-Bio é uma das partes mais importantes, e que veio incompleta devido à não realização de algumas análises. Explicou que, no entendimento da CT-Bio, era necessário fazer a análise do relatório, mesmo com a integração estando incompleta e proferiu leitura da minuta de deliberação.</p> <p>O Sr. Frederico Martins esclareceu que a notificação se deu devido a modelo de relatório e ausência de algumas dados e considerou que a ausência de dados justificada a tempo, poderia evitar esse constrangimento. O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, considerou que a ausência de algumas informações fragiliza todo o relatório. O Sr. Gustavo Almada, representante do IBAMA, demonstrou preocupação com a situação, visto que a Fundação Renova exigiu por muito tempo a análise por laboratório acreditado e, ao chegar nesse momento, realizou as análises em laboratório terceirizado. O Sr. Frederico registrou que a questão dos laboratórios acreditados gerou muito tencionamento na época e destacou que o posicionamento da CT-Bio nunca foi contra os laboratórios acreditados, mas sempre insistindo que uma Universidade Federal Pública, com seus pesquisadores, que são funcionários públicos e que, portanto, tem fé pública, seria suficiente para legitimar qualquer análise, sendo, portanto, neste caso, desnecessária a acreditação.</p> <p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, explicou que o atraso na incorporação dos dados não se deu por conta dos laboratórios acreditados e explicou que a falta das informações ecotoxicológicas do 4º relatório se deu pela adequação que a Fundação Renova solicitou à FURG dentro dos seus procedimentos de análise e por conta disso, toda aquela campanha não seria reportada no relatório até que todos os dados estivessem de acordo. Considerou de grande valia a interferência que a Fundação Renova fez aos laboratórios e esclareceu que própria FURG e a FEST puderam, depois, se manifestar sobre isso. Relatou que recebeu <i>feedbacks</i> de que a intervenção para garantir a melhoria da qualidade das informações que estão sendo geradas no laboratório foi benéfica para ambas as partes e explicou que foi um processo de adequação que atrasou a geração dessas informações e conseqüentemente atrasou a inserção desses dados dentro do relatório. Explicou que esse ponto já foi resolvido e esses dados já estão inseridos no quinto relatório anual, que está em elaboração. Afirmou que não concorda com a notificação, mas que entende que foi uma falha desse item, que foi trazido para esclarecimento.</p> <p>O Sr. Sérgio Augusto, representante do IBAMA, questionou qual seria a consequência caso a Fundação Renova persista na inconformidade do relatório e solicitou que um avanço do processo seja destacado. Em resposta, o Sr. Frederico Martins, explicou que se a Fundação Renova persistir na inconformidade é possível solicitar uma penalidade, analisando se foi descumprimento de cláusula ou de procedimento, cabendo a Fundação Renova a possibilidade de discordar e solicitar análise do juiz. O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio,</p>

explicou que no momento estão em um processo evolutivo, tanto do entendimento do rompimento da barragem como um todo e dos dados e fez um breve resgate dos passos dados desde o acontecimento do rompimento. Considerou que é possível observar melhoria ao longo do tempo, diluindo um pouco as coisas. Também, uma própria resiliência ambiental que se mostra nesse caso, visto que o sedimento continua no leito do rio.

O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou a evolução na execução, inclusive no método e na segurança da equipe de coleta, o que traz um conforto bem grande de que essas coletas são feitas a contento e explicou que a equipe sabe do empenho e da dificuldade que é de conduzir contratos dessa magnitude, mas que isso não exclui a responsabilidade administrativa dos técnicos da CT-Bio ao perceber um desvio do processo. Lembrou a todos de uma outra situação, passada na CT-Bio, em que uma notificação não foi feita o que atrasou o processo que estava inconforme na CT.

A Sra. Joeci Miranda, representante da Comissão de atingidos de Aracruz, relatou que houve muitos avanços e que se não fosse a CT-Bio, o processo não teria avançado. O Sr. José Carlos de Carvalho, consultor da Fundação Renova, explicou como a disfuncionalidade da Governança afeta a obtenção de melhores resultados, sobretudo nas áreas de proteção do meio ambiente, na área da biodiversidade.

A Sra. Laila Medeiros reforçou o agradecimento pela reconsideração da pauta por parte da CT-Bio e considerou que esses assuntos que envolvem a execução das atividades da FEST/UFES, conseqüentemente, a elaboração dos relatórios sempre foi tratado com proximidade entre a Câmara Técnica e a Fundação Renova e por isso o pedido de pauta no CIF assustou, visto que o assunto não havia sido discutido e necessitava de alguns esclarecimentos.

Ressaltou que a construção de todo esse projeto, foi uma construção com muita participação da Câmara Técnica, tanto no seu formato quanto no seu fluxo de entrega e esclareceu que, para esse projeto em específico, a Fundação Renova entregou para CT-Bio e para a FEST a possibilidade de negociarem o formato desse relatório e que por isso, não existe risco da Fundação se negar a atender qualquer pedido que foi colocado aqui. Informou que sempre foi solicitada a autonomia para poder discutir e negociar com a FEST e as demais instituições executoras, questões relacionadas à gestão contratual, valores e algumas outras questões que envolvem uma relação comercial e, principalmente, que pudesse ter mais participação também na produção desse relatório. Informou que a intenção é que esse relatório passasse por uma avaliação interna da Fundação Renova e contribuições de melhoria antes de produzir a versão final, mas isso não foi possível e não é mais discutido visto que é um ponto vencido.

Relatou que assim que tomou conhecimento dessa nota técnica, o documento foi compartilhado com a FEST para entender como tudo poderia ser avaliado, a fim de propor uma solução para todos os pontos que foram tratados. Informou que a FEST deu prioridade na avaliação e que ela será repassada a CT-Bio nos próximos dias. Considerou que a forma mais útil de direcionar a manifestação da FEST, seria convocar uma reunião conjunta com a Fundação Renova e FEST para esclarecimento de todos os pontos apontados na NT. Informou ainda que houve uma solicitação de dilação de prazo de entrega do relatório de abril pra maio, o que nunca foi um problema para a Câmara Técnica, a fim de ter um próximo relatório elaborado da melhor forma possível.

Sobre os dados de ecotoxicologia, explicou que houve uma falha na interpretação ao responsabilizar a exigência da Fundação Renova de utilização de dados acreditados para apresentação desses dados e afirmou que os dados não foram apresentados neste relatório, que houve um atraso, e que eles serão incorporados no próximo relatório que contemplará todos os dados coletados até setembro de 2023, de todos os projetos. Relatou que em outras notas técnicas isso também foi percebido e não geraram notificação, pois foi possível ser discutido e esclarecido, pelo desafio de processar todas essas amostras, que é um escopo gigantesco.

	<p>Informou ainda que nem o relatório anual do primeiro ano contemplou todos os dados que foram coletados no primeiro ano e que sempre foi uma falha identificada e sempre foi justificada pela FEST, pela dificuldade de gestão e de incorporação dessas informações no prazo previsto e pontuou também que a CT-Bio nunca se mostrou contrária a uma dilação de prazo para entrega de relatório.</p> <p>Relatou que outra questão seria em relação a integração que sempre foi um dos maiores desafios desse projeto e lembrou que nas discussões do TR4, houve um questionamento sobre qual era a expectativa da CT-Bio sobre integração, pois parecia ser uma coisa “mágica” e explicou que para que exista uma integração, é necessária uma narrativa, precisa se ter uma pergunta, uma explicação e que por isso sempre foi difícil de ser construído. Relatou que faltou no relatório a integração do ambiente costeiro, que realmente não foi apresentado. Relatou que isso foi um erro de apresentação e que estão muito satisfeitos de ter conseguido alcançar uma integração considerada como válida e que a partir de agora essa integração vai ser completa.</p> <p>Informou que na resposta da FEST a ser encaminhada para a CT-Bio, são apresentadas questões que serão trabalhadas internamente para atendimento, com justificativa para cada uma delas e questões que serão resolvidas no próximo relatório anual, como os dois exemplos apresentados como principais motivadores da notificação, questões de senso do próprio modelo que foi definido pela CT-Bio, onde a FEST identificou que a nota técnica traz uma confusão que precisa ser esclarecida. Reforçou a importância de realização da reunião para alinhamento e endereçamento junto a FEST.</p> <p>A Sra. Larissa Simões, representante do IEMA, considerou que diante de todo o posicionamento da Fundação Renova, a sugestão é que a Câmara Técnica permaneça com a proposta de notificação junto ao CIF, seguindo o trâmite que já estava em andamento e concordou que a NT não deveria ter ido ao CIF sem passar por uma discussão com a Fundação Renova, mas que esta questão já foi resolvida. Reforçou que a NT deve ir ao CIF e que também seja feita a discussão com a FEST/UFES para esclarecimento dos pontos apresentados pela Fundação Renova, sem prejuízos.</p> <p>O Sr. João Carlos Thomé reforçou a importância em realizar a reunião proposta direto com os pesquisadores para esclarecimento dos pontos e esclareceu que a NT aprova parcialmente o relatório, com aplicação de notificação, não de multa, sendo apenas um pedido de atenção especial para alguns pontos. O Sr. Frederico Martins concordou com a proposta de reunião para alinhamento e considerou que há uma crítica ao relatório que vem do processo de integração, o que tem sido debatido bastante no processo do novo escopo do PMBA. Considerou que a reunião é oportuna também para se debater o cenário futuro dos relatórios das integrações e reforçou a opinião de enviar a NT ao CIF, mantendo a notificação, independente dessa reunião. Houve amplo debate sobre a necessidade de notificação com a definição de encaminhamento e permanência de envio da NT ao CIF.</p> <p>Posteriormente, a Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce foi colocada em aprovação.</p>
<p><b>Aprovação:</b></p>	<p><b>A Nota Técnica nº 2/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio - Análise do 4º Relatório Anual do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I - Porção Capixaba do Rio Doce foi aprovada e será enviada ao CIF.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.5:</b></p>	<p><b>A CT-BIO encaminhará a NT ao CIF com a proposta de notificação como está, para atendimentos dos prazos do CIF.</b></p>
<p><b>Encaminhamento 79.6:</b></p>	<p><b>Será realizada uma reunião, no dia 8/03 - 14h, entre CT-Bio, Fundação Renova e FEST para esclarecimento de alguns pontos da NT, o que poderá gerar alguma alteração da minuta de deliberação, que será aceita após análise da CT-Bio.</b></p>

**4. Cláusula 167:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Informe bimestral sobre as tratativas referentes ao CETRAS – IBAMA:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, explicou que a cláusula recebeu um redirecionamento, onde a Fundação Renova teria uma execução indireta, repassando o recurso financeiro e informou que naquela momento ficou encaminhado que a CT-Bio continuaria acompanhando a cláusula por meio de informes periódicos do IBAMA e da Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Sérgio Augusto Domingues, representante do IBAMA, lembrou que a reunião de dezembro teve a presença da Fundação Renova, da equipe técnica do CETRAS/IBAMA de Minas Gerais e Espírito Santo e da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFlo/IBAMA) e relatou que, a partir dessa data, reuniões estão acontecendo periodicamente, tendo sido realizadas 03 até o momento. Posteriormente, trouxe esclarecimento para alguns pontos trazidos na última reunião; esclareceu que o valor do projeto terá uma correção monetária sobre o montante; informou que a Fundação Renova já reencaminhou os projetos dos CETRAS, tanto para Minas Gerais, quanto para o Espírito Santo; informou também que a Fundação Renova enviou um planilha robusta com valores de obra atualizados; relatou que estão sendo discutidos os conteúdos do plano de trabalho e que será apresentado para a CT-Bio oportunamente; relatou ainda que durante uma das reuniões a Fundação Renova apresentou uma potencial instituição interveniente, o FUNBio, mas ainda sem nenhuma parceria firmada.</p> <p>A Sra. Juliana Lima, representante da Fundação Renova, explicou que o índice de correção aprovado para o programa é o IPCA, definido na cláusula 257 do TTAC, e informou que a correção será feita sobre o valor do projeto, até que ocorra o repasse. Esclareceu que o plano de trabalho é importante para Fundação Renova, para que ela consiga dar ciência a governança interna e aos interessados sobre o que está sendo feito do recurso e principalmente, por ser um documento de garantia do que será feito com o recurso.</p> <p>O Sr. Frederico reforçou que é importante, quando o plano de trabalho estiver mais consolidado, que ele seja trazido para a CT-Bio, preferencialmente em formato de Nota Técnica recomendando a aprovação do plano para ser levada ao CIF. Considerou que o repasse sobre o CETRAS a cada 2 meses está ótimo. Houve amplo diálogo referente à comparação da construção do CETRAS com o que foi feito para o PERD, com esclarecimento de algumas dúvidas.</p>

**5. Cláusula 182:**

Pauta	Discussão
<p><b>a. Situação de cumprimento do compromisso da Cláusula 182, referente a consolidação do REVIS de Santa Cruz":</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, lembrou que há algum tempo a CT-Bio aprovou uma nota técnica, com consequente minuta de deliberação, relacionada a esse formato de estruturação que, diferente da primeira experiência do refúgio e um pouco diferente também da experiência do PERD, é proposto, além de um investimento na estruturação da unidade a criação de um fundo de rendimentos que sustente a unidade em longo prazo.</p> <p>O Sr. Fernando Repinaldo, representante do ICMBio, lembrou que o REVIS de Santa Cruz foi uma das unidades incluídas na cláusula 182, no compromisso compensatório, referente à consolidação da unidade e que a fase I procede com a elaboração do plano de manejo e estruturação mínima da unidade, o que teve início em dezembro de 2018. Explicou que, por previsão legal, esses acordos devem ter o prazo máximo de 5 anos, não podendo ser prorrogados. Diante desse cenário, dentro desse intervalo, houve investimentos apesar de uma baixa execução e avanços significativos durante a vigência, especialmente a elaboração do plano de manejo e dotação, durante algum momento, de equipe técnica de serviços de</p>

suporte para a gestão da unidade, além de aquisição de equipamentos, aquisição de veículos e instalação de sinalização dos limites da unidade. Relatou que em meados de 2023, foram iniciadas discussões em conjunto com a Fundação Renova, CT-Bio e Gerência Regional, para que fosse feito o possível para que não ocorresse a descontinuidade do processo da consolidação e lembrou que foi aprovada uma estratégia relacionada à criação de um mecanismo financeiro para garantir sustentabilidade financeira, além de investimentos para a unidade a longo prazo, com elaboração de algumas minutas, por parte do ICMBio, de acordo de cooperação técnica de plano de trabalho, também encaminhados para a Fundação Renova. Relatou que, infelizmente, o acordo foi encerrado em dezembro de 2023, com todos os serviços sendo interrompidos em 31 de janeiro, com algumas solicitações feitas ainda no ACT, sem poder ter andamento na aquisição.

O Sr. Frederico informou que o ICMBio interpreta essa estruturação do refúgio como um acordo de cooperação e que não há condições do ICMBio receber esse recurso e fazer uma execução devido a várias limitações. Informou que foi enviada para a Fundação Renova uma nova proposta de acordo e solicitou manifestação da Fundação sobre o que é possível fazer para dar agilidade ao processo, visto que a descontinuação pode ter um efeito bem negativo.

A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, concordou com a realidade relatada e informou que a Fundação Renova busca encontrar uma forma de atender a deliberação com esse novo formato, em buscar um interveniente para o processo, para que se construa uma estratégia duradoura para a unidade. Lembrou que no primeiro acordo de cooperação, foram 5 anos de um grande aprendizado de como permitir que essas ações pudessem ser executadas dentro da unidade, enfrentando desafios em ambas as instituições. Considerou que foram 5 anos, onde apenas parte do recurso foi utilizada, o que pode gerar uma imagem equivocada, mas ambas as instituições trabalharam muito para que esse acordo de cooperação tivesse as suas ações executadas e resgatou alguns passos que foram dados nesse tempo.

Relatou que dentro da proposta do ICMBio para a definitividade para o programa, com uma forma sustentável para a unidade de atender aos seus objetivos e tocar as ações do plano de ação, a nota técnica traz as diretrizes para que isso seja feito e por isso a Fundação Renova passou a estudar qual que seria a melhor forma de fazer isso e informou que surgiu uma dúvida sobre qual o objetivo do ICMBio quanto ao mecanismo financeiro indicado. Informou que as tratativas já foram iniciadas com o FUNBIO, que trouxe um experiência com unidade de conservação e que poderiam dar o desenvolvimento desse projeto.

O Sr. Frederico explicou que não há tantos exemplos desse formato de um fundo de rendimento e que nunca foi um entendimento do ICMBio a necessidade ou a preferência por um fundo *endowment*, que isso foi colocado na NT como um exemplo, visto que o ICMBio não tem essa experiência e que expectativa é que a Fundação Renova, dentro da sua experiência, possa buscar a forma que seja melhor pra esse caso. Afirmou que a intenção é que se tenha um investimento e que tenha recurso para manter esse investimento em longo prazo e deu exemplo do que aconteceu com a REBIO Comboios e solicitou que a Fundação Renova escolha o parceiros e o formato de fundo de investimento e apresente para a CT-Bio.

Após questionamento sobre a dotação orçamentária para esse projeto, a Sra. Laila Medeiros informou que esse valor está previsto dentro do orçamento 2024 da Fundação Renova. Houve debate para definição de encaminhamento.

**Encaminhamento 79.7:**

**A CT-Bio elaborará um ofício solicitando que a Fundação Renova apresente uma proposta de como irá executar a estruturação do refúgio, reforçando o entendimento relacionado ao fundo e a contratação do parceiro. Prazo: 45 dias após recebimento do ofício pela FR.**

**Encaminhamento 79.8:**

**A CT-Bio e a Fundação Renova realizarão reunião para discussão da situação de cumprimento do compromisso da Cláusula 182. Dia 5/03 14h.**

**6. Cláusula 165:**



Pauta	Discussão
<p><b>a. Informe sobre andamento da análise dos estudos da FAPEMIG (GT de análise):</b></p>	<p>O Sr. Roberto Diniz, representante do IEF, lembrou que na última reunião ordinária foi definida a criação de um grupo de trabalho e explicou que por questões internas no governo de Minas, houve uma dificuldade de organizar a análise. Afirmou que na próxima reunião a análise será apresentada para a CT-Bio.</p> <p>O Sr. Juliano Barbirato, representante do IEMA, informou que desde a definição da criação do GT, o IEMA trabalhou para organizar a documentação do tema e explicou que será necessário uma reunião com o IEF para alinhar o apoio na estruturação da análise. Houve definição de encaminhamento.</p> <p>Após questionamento sobre o ofício dos pesquisadores com informação de que não participariam mais das reuniões/discussões de integração, o Sr. Roberto informou que na última reunião os pesquisadores já tinham voltado a participar. O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, lembrou que em dezembro houve a manifestação dos pesquisadores com posterior posicionamento da Fundação Renova e considerou que as tratativas com a FAPEMIG vem sendo superadas, tanto que no último seminário, todas as linhas de pesquisa participaram. Considerou ainda que esses problemas foram superados, com uma participação bem ativa e informou que não houve uma conversa específica com os pesquisadores, mas que a resposta dada pela Fundação Renova deu um alinhamento para a situação.</p>
<p><b>Encaminhamento 79.9:</b></p>	<p><b>A CT-Bio realizará uma primeira reunião de GT-Análise para alinhamento da estruturação dos trabalhos de análise. Dia 6/3 14h.</b></p>
<p><b>b. Esclarecimento sobre o andamento do PAI - Fundação Renova:</b></p>	<p>O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, fez breve contextualização informando que existem dois planos de ação em andamento. Há expectativas de concluir um terceiro plano de ação que tem em parte ações costeiro marinha e em parte a integração com o ambiente dulcícola, que já tem um plano de ação em curso. Informou que aconteceram duas oficinas com a tentativa de uma terceira oficina para andamento da integração.</p> <p>O Sr. Leandro Fernandes, representante da Fundação Renova, informou que na semana anterior havia sido enviado um e-mail para todos que estavam presentes na reunião de dezembro, com uma proposta mais detalhada do que foi apresentado em dezembro. Relatou que a Fundação Renova ouviu as considerações que foram feitas naquelas reuniões e tentaram melhorar a proposta, alinhando melhor a questão de abrangência do território do PAI e como que se inserir o contexto do Corredor Ecológico Marinho do Rio Doce nessa proposta. Informou que o documento enviado é um recorte do que seria o PAI como um todo, para se discutir a estratégia com mais maturidade e explicou que a intenção é agendar uma reunião para nova discussão.</p> <p>O Sr. Gustavo Almada, representante do IBAMA, lembrou que foi apresentada proposta de abrangência do PAI para área marinha, como recorte do corredor ecológico e que essa proposta foi rechaçada pelos membros da CT-Bio e relatou surpresa ao receber uma proposta com o mesmo conceito que foi amplamente rechaçado na reunião com a Fundação Renova.</p> <p>O Sr. Frederico relatou que pode investir em uma reunião setorial para essa discussão e considerou que ter uma limitação de abrangência de saída é equivocado porque podem haver ações que extrapolam o território específico. A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, lembrou que o encaminhamento na reunião, foi de nova apresentação poderia ser feita desde que as considerações apresentadas fossem levadas em conta e solicitou que a CT-Bio deixasse a Fundação Renova apresentar a proposta, o que eliminaria as falas anteriores dos membros da CT-Bio. O Sr. Leandro reforçou o pedido de chance para apresentação da proposta atualizada.</p> <p>A Sra. Laila explicou que na reunião de dezembro houve uma conversa onde foi falado que a proposta de priorização de áreas para atuação dos planos de ação seria utilizar o corredor,</p>

onde foram trazidos pela CT-Bio exemplos do PABA, aonde há ações prioritizadas nesta região e que, caso tenha características necessárias das ações que extrapolem essa área, a área será expandida. Solicitou flexibilidade na avaliação técnica da CT-Bio para garantir respeito à equipe da Fundação que trabalhou nisso há um tempo e que não está apresentando para vocês a mesma coisa que foi tratada em dezembro.

O Sr. João Carlos Thome, representante do ICMBio, considerou que falta de respeito é o que está acontecendo com a CT-Bio, visto que são 3 anos de discussão de um plano de ação que chegou em dezembro de uma forma completamente desvirtuada de tudo que foi sugerido até então. O Sr. Gustavo informou que não houve falta de respeito da CT-Bio e que houve uma análise técnica séria de todos os documentos e que identificou de fato que no conceito do corredor ecológico, como a área de abrangência espacial para as ações do PAI, havia uma ressalva na legenda de que eventuais ações poderiam extrapolar a área definida pelo corredor ecológico e explicou que, do ponto de vista técnico, isso não atendeu ao que foi ponderado na reunião que foi realizada em dezembro.

A Sra. Laila reforçou que o documento foi entregue na semana anterior, sem nenhuma intenção de que ele fosse discutido na reunião ordinária e relatou que o envio do documento detalhado era um encaminhamento da reunião e que ele levou em considerações as sugestões da CT-Bio. Considerou que a definição de uma área é para garantia da melhoria das condições ecológicas do ecossistema e que a área do corredor conversa com todos esses objetivos do PAI, que inclusive estão muito bem listados no documento. Explicou que foi levada em consideração a questão de que o corredor vai ser um limitador para essa área, devido às características de cada ação e solicitou a oportunidade da CT-Bio apreciar o documento com melhor detalhamento e à medida se sentirem confortáveis, seja realizada reunião de apresentação para esclarecer alguns pontos que ainda podem ter ficado na dúvida.

O Sr. Frederico considerou que o fórum principal de discussão é a reunião da CT-Bio e que naquele momento não é possível mais mudar a opinião um do outro. Considerou também que a ideia do corredor ecológico como abrangência é uma ideia ruim e que ela não é adequada, do seu ponto de vista. Explicou que o assunto pode ser debatido várias vezes mas que mesmo sem consenso, algumas questões precisam avançar de alguma forma e reforçou que a proposta de corredor ecológico nunca foi discutido e que para o caso do rompimento em Mariana/MG, existem outras propostas muito mais interessantes e cabíveis. Ponderou se faz sentido manter o PAI ou seria melhor investir em um plano costeiro marinho, considerando o tempo de discussão. Houve debate para definição de data para reunião.

**Encaminhamento 79.10:**

**A Fundação Renova agendará reunião para discussão sobre o PAI. Dia 05/3, às 14h.**

**c. Apresentação da Informação Técnica sobre potenciais impactos no sul da Bahia:**

O Sr. Frederico Martins, coordenador da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, fez breve contextualização sobre o tema e explicou que, quando se começaram os estudos dos impactos do rompimento, a área do estado da Bahia foi incluída e foi monitorada. Relatou que o órgão ambiental Bahiano participou, durante algum tempo, da CT-Bio e que algum tempo depois, houve solicitação de reconhecimento do sul da Bahia como região impactada para fins de indenização, o que foge do escopo da CT-Bio. Informou que o CIF acolheu a reivindicação e ordenou que a CT-Bio coordenasse um grupo de trabalho, com outras Câmaras Técnicas, para responder se o sul da Bahia é área atingida ou não e lembrou a definição de que toda CT se manifestaria sobre o tema. Explicou que, com o pedido de manifestação da CT-Bio sobre o tema, a Informação Técnica foi elaborada e apresentou detalhes da informação técnica e proferiu leitura das considerações finais. Após questionamento sobre envio do documento ao CIF, o Sr. Frederico explicou que o documento não entrará como pauta no CIF, mas que dará apenas subsídio ao CIF para tomada de decisão. Posteriormente, colocou a informação técnica sobre os potenciais impactos no sul da Bahia em votação. Houve discussão sobre local e datas das próximas reuniões da CT-Bio, sem nenhuma definição ou alteração.

<b>Aprovação:</b>	<b>A informação técnica sobre o potenciais impactos no sul da Bahia foi aprovada, com abstenção do estados de Minas Gerais e Espírito Santo.</b>
-------------------	--

Às 17 horas e 51 minutos, do dia 27 de fevereiro de 2024, o Sr. Frederico Martins, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

No dia 28 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e doze minutos, no Hotel San Diego localizado na Av. Álvares Cabral, 1181 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, 30170-001, teve início o segundo dia da 79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade - CT-Bio.

**1. Cláusula 168:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Informe sobre a Oficina de áreas prioritárias para a conservação e restauração é da bacia do rio Doce:</b>	<p>O Sr. Eduardo Perini, coordenador suplente da Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade – CT-Bio, iniciou a reunião dando boas-vindas, agradecendo a participação de todos.</p> <p>A Sra. Andreia Dias, representante da Fundação Renova, explicou que dentro dos planos de ação, tanto do aquático quanto do terrestre, há uma ação que é para elaborar um estudo de priorização de áreas para conservação da biodiversidade e que a Fundação Renova viabilizou a execução dessas ações através de uma parceria com a FBDS e o IIS. Relatou que em maio de 2023 houve uma reunião com os membros do GAT para validação da metodologia de priorização que seria utilizada e que após validação, em fevereiro foi feita uma oficina para apresentação dos resultados finais da priorização e validação do resultado final. Relatou ainda que durante a oficina, entendeu-se que o resultado foi aprovado pelos membros do GAT, porém com vários comentários de necessidade de ajustes e revisões e informou que as revisões sugeridas estão sendo feitas e que a previsão de entrega é para o final de março.</p> <p>A Sra. Letícia de Moraes, representante da Fundação Renova, informou que será feito contato com os GATs para definição de data para as devolutivas com o resultado dos ajustes feitos pela FBDS e IIS.</p> <p>O Sr. Eduardo Perini, representante do IEMA, relatou que houve participação do IEF, IBAMA e IEMA e que o evento foi interessante, com grandes questionamentos até que todos entendessem a proposta, com uma discussão muito boa. Parabenizou a equipe que organizou o evento e relatou que a equipe fica feliz em saber que já há previsão de uma próxima reunião para devolutiva. O Sr. Patrick Hemaidan, representante do IEMA, solicitou que assim que o trabalho foi finalizado, que ele seja apresentado na CT-Flor, visto que pode haver alguma sobreposição das áreas. Posteriormente, foi apresentado um mapa de priorização para exemplificação aos presentes com breve explicação de como é feita a análise. Houve ampla discussão sobre a possibilidade de realização dos próximos eventos no formato híbrido.</p>

**2. Cláusula 181:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>a. Apresentação da proposta de estratégia de como executar os Planos de Ações das Unidades de Conservação:</b>	<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, relembrou o <i>status</i> de evolução dos planos de ação e que são 3 planos para as 4 unidades que são citadas na cláusula e que para as demais unidades de conservação a previsão é que elas sejam atendidas pelas ações que estão sendo discutidas no plano de ação integrado. Em relação ao PERD, ela lembrou que o plano de ação foi entregue no dia 16/09/2022, e aprovado por uma nota técnica da CT-Bio e que a perspectiva é de dar início às atividades de atendimento aos planos de ação, à medida que eles são aprovados pela Câmara Técnica e recordou os itens da deliberação que precisam ser atendidos.</p>

Em relação ao plano de Comboios, ela lembrou que o plano foi aprovado na reunião do CIF de fevereiro, através da Deliberação CIF nº 724 e informou que a partir da aprovação, a Fundação Renova seguirá com as atividades de execução. Relatou que a NT traz uma perspectiva diferente para esse plano e que há intenção de apresentar uma proposta diferente do que foi feito para o PERD e lembrou algumas ações que já estão em andamento.

Em relação ao plano de ação da APA e do REVIS, informou que tinha uma oficina de revisão do programa e que foi cancelada devido a necessidade de ampliar as discussões sobre as ações de reparação, atrelado a um cenário de avanço técnico sobre a compreensão dos impactos e demais estudos que surgiram nessa região, principalmente, que está sendo discutido no plano de manejo de rejeitos do trecho 17. Explicou que há um impacto também da decorrência da discussão da Deliberação CIF nº 58, que propôs um incidente de divergências e que isso gerou a suspensão por parte da Fundação Renova de todas as ações e obrigações dentro dessa área que está sobreposta as áreas das unidades citadas e explicou que foi instaurada uma perícia para avaliação do impacto nessas áreas e até que se tenha resultados dessa perícia, não haverá grandes avanços sobre a entrega desse plano de ação.

A Sra. Nilcemar Bejar, representante do IEF, relatou que no seu entendimento a Fundação Renova apresentaria uma proposta mais completa e solicitou que a Renova apresente proposta de agenda o mais rápido possível e apresente uma proposta mais completa para o plano, para apresentação para a diretoria do IEF. Relatou que, no seu entendimento, as ações das unidades de conservação não integrariam mais o PAI e considerou que é importante que conste as obrigações das medidas reparatórias definidas em cada estudo específico e que essas medidas sejam contempladas e devidamente acompanhadas e medidas por esse instrumento, para evitar medidas descoladas do diagnóstico.

O Sr. João Carlos Thomé, representante do ICMBio, lembrou que o juiz já deliberou que é o CIF quem define quais são as áreas que a Deliberação CIF nº 58 está em pleno andamento e questionou a fala da Fundação Renova sobre a indecisão com relação à deliberação e porque parou a elaboração do plano de ação por conta dessa deliberação.

A Sra. Laila informou que infelizmente o plano do PERD não avançou a contento, considerando que a equipe da biodiversidade é pequena e por isso é necessário dar algumas prioridades e que como esse caso, ainda está no prazo, não foi possível trazer uma proposta mas que a intenção é apresentar até o dia 22/03 uma proposta de composição do GAT e a apresentação do planejamento de execução das atividades no seu primeiro ano. Relatou que ouve com muita satisfação a fala de que é interessante pro IEF que seja apresentada uma forma inovadora de atendimento para essas obrigações, que pode utilizar das experiências adquiridas no REVIS e até mesmo com o PERD na transferência da obrigação de executar para obrigação de pagar e que é interessante poder utilizar novas estratégias para garantir a sustentabilidade realmente da unidade. Informou que a Fundação Renova procurará o IEF para atender o prazo existente e que espera conseguir atender todas as expectativas.

Sobre as ações de PAI, explicou que na reunião de dezembro houve a discussão para que o PAI não tenha um componente de unidade de conservação ou componente do PABA junto com as ações dulcícolas. Considerou que ainda não vê isso como viável, mas de qualquer modo, o PAI hoje ainda tem esse componente presente das unidades de conservação e explicou que o documento entregue e discutido sobre o PAI, se refere a utilização dos corredores e que isso não afeta o que está sendo discutido para as unidades de conservação, visto que elas têm um polígono da própria unidade e então a área de abrangência do plano já está definida e que a dificuldade de definição de área consensual é para as demais ações do ambiente costeiro e marinho. A Sra. Nilcemar reforçou que será necessário encontrar uma forma de medir a reparação e que isso seja apresentado na reunião com a Fundação Renova e IEF.

A Sra. Laila explicou que em decorrência da Deliberação CIF nº 58, houve a abertura de um incidente de divergência que está sendo discutido em âmbito judicial e ele discorre justamente sobre a área que está sendo trabalhada e informou que ele discorre sobre os impactos dessa área e que por isso existe um conflito em seguir com essas discussões em paralelo e reforçou que o avanço da entrega da versão final desse plano está paralisado até que se tenha uma resolução desse mérito em âmbito judicial e até no âmbito do CIF. Houve

	amplo debate, com a solicitação de que a Fundação Renova encaminhe a CT-Bio a decisão de paralização e a CT-Bio formalizará ao CIF sobre a paralização das atividades em decorrência ao processo judicial.
<b>Encaminhamento 79.11:</b>	<b>A Fundação Renova encaminhará à CT-Bio a comunicação feita ao MPF sobre a paralização das atividades.</b>
<b>Encaminhamento 79.12:</b>	<b>A CT-Bio oficializará ao CIF sobre a paralização das atividades em decorrência ao processo judicial.</b>
<b>b. Esclarecimentos sobre o andamento da Cláusula 181, referente às pendências da CT-Bio em relação aos grupos 6 e 1:</b>	<p>A Sra. Laila Medeiros, representante da Fundação Renova, informou que, referente ao grupo 1, o relatório foi protocolado no dia 15 de dezembro e que está pendente agora a aprovação do documento pela CT-Bio e que além do grupo 1, há também pendência do grupo 2 por parte da Fundação Renova. Informou que o relatório preliminar do grupo 6 foi entregue em 2022, com a realização da reunião devolutiva, e que está pendente a entrega final do grupo 6, por parte da Fundação Renova. Houve esclarecimentos sobre os atrasos e a CT-Bio solicitou que a Fundação Renova encaminhe formalmente o cronograma das UCs atualizado.</p> <p>Posteriormente, houve debate sobre as datas das próximas reuniões da CT-Bio, com definição por cancelamento da reunião de março e com o alinhamento de que a definição do local em Minas Gérias para próxima reunião ordinária da CT-Bio (em abril) será feita a depender da quantidade de pessoas que vierem de outros estados para a reunião.</p>
<b>Encaminhamento 79.13:</b>	<b>A Fundação Renova encaminhará formalmente para a CT-Bio o cronograma das UCs atualizado.</b>

Às 11 horas e 45 minutos, do dia 28 de fevereiro de 2024, o Sr. Eduardo Perini, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.